

Construção e Formação da identidade étnica do imigrante alemão no Rio Grande do Sul (BRASIL): A Língua Alemã como marcador importante de etnicidade

Paulo César Maltzahn

„Was bedeutet nun Deutsch? [...] Im Ausdruck Hier wird Deutsch gesprochen bezieht sich Deutsch auf eine Sprache, in der Wendung deutsche Frauen, [...] auf ein Volk. Deutsche Lande bezeichnen ein geographisches Gebiet, deutsche Philosophie [...] Ausprägungen einer Kultur. In den Namen [...] Bundesrepublik Deutschland kommt Deutsch als staatlicher und politischer Begriff vor.“

(BERSCHIN 1979: 10, grifo nosso).

No texto acima, conforme o autor, a palavra *Alemã(o)* (*Deutsch*) refere-se à língua, ao povo, ao país (território), à cultura e ao Estado (nação). Historicamente esses conceitos apareceram sucessivamente, dentre os quais o mais antigo refere-se à língua.

O objetivo deste trabalho não é responder à pergunta do texto acima, isto é, investigar o que significa a palavra *Alemã(o)* no seu sentido lingüístico, étnico, geográfico, cultural e político e se esses conceitos se transformaram ao longo da história, mas sim tomar esse texto como ponto de referência para algumas considerações e reflexões que faremos sobre a relação entre etnicidade e os conceitos acima no processo de construção e formação da identidade étnica do imigrante alemão no Rio Grande do Sul (Brasil).

II

A partir do século IV, época das grandes migrações, os povos germânicos estabelecidos nos atuais domínios da República Federal da Alemanha, Bélgica, Holanda, Áustria e parte da Suíça organizaram-se aos poucos em tribos ou povos independentes dentro das regiões ocupadas até sua unificação, no século VIII, por Carlos Magno, que cultivou os usos e costumes destes povos, assim como a língua alemã. O povo alemão surgiu então de uma fusão de diversos grupos étnicos, como por exemplo, os saxões, francônios, turíngios, hesos,

bávaros, suábios, e essa é uma divisão geral, pois cada etnia subdividia-se ainda em unidades menores. E antes que se formasse a língua alemã, havia inicialmente os diversos dialetos desses povos.

A palavra *Alemã(o)* apareceu pela primeira vez no século VIII, em latim, *Theodiscus*, transformando-se em *Diutisk (Althochdeutsch)* no século XI e mais tarde para *Deutsch (Neuhochdeutsch)* com a tradução da Bíblia para o alemão por Martin Luther. Do nome da língua veio o nome dado ao próprio povo, i.e., a palavra *Alemã(o)* primeiramente como forma para expressar a língua (*Deutsch*) de um povo (*deutsche Leute*) que habitava um território (*deutsche Lande*).

No final do século XVIII através das artes, filosofia e ciência, a palavra *Alemã(o)* tornou-se uma idéia para expressar a cultura alemã. Já não se falava mais de uma literatura bávara ou prussiana, por exemplo, mas alemã.

O sentido de Estado como sociedade politicamente organizada veio em 1871 com a proclamação do Império Alemão, embora a palavra Alemanha como "Estado Alemão" apareça somente em 1949 com a criação da República Federal da Alemanha, pois as antigas organizações nacionais alemãs (*das Heilige Römische Reich Deutscher Nation (768)*, *der Deutsche Bund (1815)*, *das Deutsche Reich (1871)*) tinham no nome oficial o nome do povo: *Deutsch (Alemã(o))*.

Segundo a Constituição Federal Alemã, a República Federal da Alemanha corresponde juridicamente aos estados que outrora compunham o Império Alemão. A tendência hoje, portanto, é de que o povo alemão se identifique como sendo o habitante e cidadão da República Federal da Alemanha.

Parece-nos interessante ressaltar que BERSCHIN (1979) diferencia o conceito de Estado (nação) do de país (pátria). Segundo ele, o primeiro caso está associado à organização política de uma sociedade e a todos elementos atrelados a essa organização, como registros e documentos oficiais e a noção de cidadania. Já ao segundo caso associam-se elementos mais emotivos, tais como língua e cultura. Assim, Berschin afirma que ao Estado (nação) as pessoas se ligam por motivos racionais, enquanto que ao país (pátria) estão ligadas por laços emocionais.

O povo germânico, desse modo, esteve sempre dividido em pequenas e maiores unidades e por conseqüente, uma definição precisa do conceito de etnia alemã hoje não é uma tarefa fácil. Cada etnia se desenvolveu historicamente, diferenciando-se uma da outra com uma vida própria bastante intensa. De um lado, essas diversas etnias não se identificam com a população dos di-

versos estados alemães hoje, pois um estado alemão pode absorver mais de uma etnia germânica. De outro lado, a expulsão de milhões de alemães das regiões do leste europeu após 1945 levou a que selesianos, prussianos orientais e pomeranos vivam hoje em meio a outras etnias.

Ainda que as diversas etnias germânicas não mais existam na sua concepção original, pode-se ainda hoje perceber pelo povo alemão a composição dessas etnias através de características bem marcantes.

III

O fenômeno étnico está sendo discutido extensamente nas últimas décadas e várias teorias sobre esse fenômeno nos são apresentadas. Na obra *Teorias da Etnicidade*, de 1998, Philippe POUTIGNAT e Jocelyne STREIFF-FENART nos informam sobre as discussões teóricas entre os pesquisadores a respeito do conceito de etnicidade na atualidade a partir da obra de Fredrik Barth. Segundo os autores, o ponto fraco do texto de Barth é que

os conceitos muito gerais de organização e de interação sociais são aplicáveis à análise de todo tipo de identidade coletiva [...], isto é, toda vez que está em causa um limite entre 'eles' e 'nós' (POUTIGNAT/STREIFF-FERNAT 1998: 12).

Apesar de Barth reconhecer “traços culturais diferenciadores” como marcadores de pertença étnica, (ele) não leva em conta quais, uma vez que são mutáveis no tempo e no contato com outros grupos. Assim, para esses autores

continua sem resposta a questão de saber o que é especificamente 'étnico' na oposição entre 'eles' e 'nós' e nos critérios de pertença que fundam essa oposição (POUTIGNAT/STREIFF-FERNAT 1998: 12).

A pluralidade de teorias e modelos de descrição e explicação do fenômeno étnico encontrada nessa obra questiona, mais do que responde as problemáticas sobre etnicidade. Algumas teorias, por exemplo, não apresentam uma definição explícita ou são vagas, dificultando-nos assim a compreensão de um fenômeno que, se investigado utilizando-se de instrumentos mais apropriados e tratado por diferentes disciplinas, tanto das ciências sociais como humanas que permitissem sua validação, talvez pudesse ser definido e explicado com mais propriedade. Para HOBBSAWM (1996: 274, grifo do autor)

a etnia, seja qual for sua base, é um modo prontamente definível de expressar um sentimento *real* de identidade grupal que liga os membros de

'nós', por enfatizar suas diferenças em relação a 'eles'. O que eles de fato têm em comum, além de não serem 'eles', não é muito claro.

Williams (1989,, *apud* SEYFERTH 1994) considera uma falha comum o fato de não se ter levado em conta ou não se ter dado importância suficiente às vinculações entre etnicidade e nacionalismo. Segundo POUTIGNAT/STREIFF-FENART (1998: 85)

na maioria dos casos, o termo etnicidade é utilizado mais como uma categoria descritiva que permite tratar um problema de outra natureza (integração nacional, assimilação dos imigrantes, racismo etc.) do que como um conceito sociológico que permite definir um objeto científico.

Analisando e comparando as duas avaliações críticas acima, parece-nos que as afirmações dos analistas são contraditórias, pois enquanto um afirma que as discussões sobre etnicidade deixam de lado a questão do nacionalismo, o outro a coloca no centro das discussões. Isso só reforça a questão colocada anteriormente acerca da complexidade e dificuldade em precisar o conceito do fenômeno étnico.

A esse respeito, Weber (1991,, *apud* SEYFERTH 1994: 83)

já havia observado a aproximação entre concepção do pertencimento étnico e nacional num texto em que aponta para a ambigüidade de termos como 'etnia', 'comunidade étnica' e 'nação', e para as dificuldades de precisá-los sociologicamente. Os sentimentos 'étnico' e 'nacional', para ele, alimentam-se de fontes as mais diversas, que incluem política e poder, religião, *habitus* condicionados pela idéia de raça e cultura, sentimentos específicos de honra étnica, etc.

HOBBSAWM (1992,, *apud* POUTIGNAT/STREIFF-FENART 1998: 54) também vê uma aproximação entre a noção de nacionalismo e etnicidade, mas para ele

a nação moderna como Estado ou como conjunto de pessoas que aspiram a formação de um determinado Estado difere em número, em extensão e em natureza, das comunidades às quais as pessoas se identificam no decorrer do tempo histórico.

Segundo GILLIS (1994:. 3)

identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, fenômenos subjetivos.

De acordo com THOMSON (1997, *apud* FUNES 2003: 228)

nossa identidade (ou 'identidades', termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossas próprias vivências. Construímos nossa identi-

dade no processo de contar história, para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

Na obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Stuart HALL (1999) chama a atenção para o fato de que as nações modernas são compostas de várias etnias. Isso está deslocando ou fragmentando muitos aspectos que caracterizam o pertencimento de um indivíduo a um grupo e, conseqüentemente, transformando sua identidade pessoal. Assim, podemos dizer que o conceito de identidade étnica também está se modificando ou se tornando um conceito relativo que deve ser interpretado dentro de um contexto específico.

Conforme VOLKAN (2004: 11), a identidade étnica é

uma coisa abstrata, subjetiva, fabricada. [...] Quando somos crianças gostamos de uma música, de uma sopa, de uma peça de roupa que pertence a nossa cultura. Estas coisas se tornam muito cedo uma parte de nós. Por isso, sentimos no âmago quando a etnicidade é abalada. Sob pressão nós nos refugiamos nos nossos antigos sentimentos.

Após essas colocações, pode-se notar que o conceito de etnicidade é complexo e que a discussão sobre o fenômeno étnico perdurará por muito mais tempo. Embora essa discussão muitas vezes pareça confusa, imprecisa ou não conclusiva, as considerações a seguir procuram contribuir para a reflexão da questão da etnicidade em um contexto específico.

IV

De acordo com SMOLICZ (1992, *apud* TORNQUIST 1997) há, dentre os muitos marcadores de pertença étnica, como a língua, práticas de culinária e moradia, estrutura familiar e de trabalho, música, dança, alguns que são mais importantes do que outros para a sobrevivência do grupo, especialmente em tempos de perseguições e ameaças.

Para TORNQUIST (1997) a língua é, sem dúvida, um desses importantes marcadores de pertença e identidade étnica. Essa autora vê uma relação de dependência recíproca entre a língua e o grupo, pois segundo HASSELMO (1974, *apud* TORNQUIST 1997) é necessário que haja, de um lado, o grupo para que a língua se conserve, e, de outro, a língua possui uma importância decisiva para a sobrevivência do grupo, não só como veículo de comunicação, mas também como meio de transmissão de valores do grupo e entre o grupo étnico. TORNQUIST verificou, em um estudo realizado com famílias de ascendência alemã no

interior do Rio Grande do Sul, que valores étnicos trazidos pelos imigrantes são transmitidos de geração para geração através da língua alemã

Os estudos de MEYER (2000, *apud* AREND 2005: 124) e GRÜTZMANN (1999, *apud* AREND 2005: 124) mostram que a língua foi

o elemento central acionado pelo ideário germanista no processo de construção da diferenciação e identificação dos imigrantes e descendentes.

Assim, considerou-se o conhecimento perfeito da língua alemã (*Hochdeutsch*) um dever para o descendente de alemão, que devia ser preservado e transmitido de geração para geração. Conservar a língua alemã no Brasil, portanto, era manter o vínculo com a cultura alemã. Conforme Meyer (2000, *apud* AREND, 2005, p. 135) a língua alemã

era a 'língua da mãe', que transmitia/construía os valores culturais e a crença religiosa, modulava os sentimentos mais íntimos e os afetos familiares.

Para Barth (1969, *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998: 11), porém, a identidade étnica

"é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não".

A partir dessa perspectiva

a etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de 'traços culturais' (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinária, etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir. (Barth 1969, *apud* POUTIGNAT/STREIFF-FENART 1998: 11).

Além da família, a escola e a igreja tinham papéis importantes na transmissão desses valores. Conforme NODARI (2001: 38)

era em torno dessa tríade que girava, em princípio, a vida sócio-cultural e mesmo econômica e política" de uma comunidade étnica alemã. "A família funcionava tanto como unidade social quanto econômica, produzindo bens para o consumo da casa e para o mercado e, ao mesmo tempo, socializava as crianças nos seus papéis culturais.

AREND (2005: 146f), em um estudo veiculado pelo jornal *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*, verificou que a escola tinha como uma das funções essenciais a tarefa de fomentar a germanidade entre a população de imigrantes alemães e descendentes, considerando-a pertencente ao povo alemão. Os jovens

deveriam ser formados no sentido alemão, mantendo e desenvolvendo suas boas características e/ou qualidades.

Segundo NODARI (2001: 40),

a igreja como instituição [...] estava presente na formação das comunidades e constituía-se em um dos principais órgãos de aglutinação e, também, com poder de controle muito grande sobre a vida dos membros da comunidade.

WILLEMS (1946, *apud* TORNQUIST 1997) observou que famílias protestantes deram mais valor à conservação da língua alemã do que famílias católicas, pois para aquelas a língua de Martin Luther era considerada um símbolo religioso.

Os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul foram assentados numa feitoria do estado, situada no vale do Rio dos Sinos em 1824. Segundo FAUSEL (1959, *apud* TORNQUIST 1997), os imigrantes alemães vieram de todas as regiões da Alemanha falando seus respectivos dialetos. Os dois maiores grupos eram procedentes do *Hunsrück* e de *Pommern*, respectivamente. A grande maioria não falava a língua alemã padrão (*Hochdeutsch*).

Podemos afirmar que línguas (dialetos) em contato podem interferir-se mutuamente ou uma ter mais influência sobre a outra. Não é pertinente para este trabalho analisar e descrever as transformações lingüísticas que a língua alemã (dialetos) sofreu. Aqui nos interessa saber qual é o papel da língua alemã usada pelos imigrantes e seus descendentes na construção e formação de sua identidade.

POLLAK (1992: 206) enfatiza que

quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual.

Entretanto, em momentos difíceis ou de mudança, como no caso da imigração, onde o imigrante é confrontado com uma nova cultura,

a crise da memória e do sentimento de identidade coletiva que freqüentemente precede, acompanha ou sucede esses momentos". (POLLAK 1992: 206).

O indivíduo sentindo-se desamparado e desorientado pode então desenvolver um sentimento forte de coletividade, solidariedade e pertencimento ao grupo no sentido de que esse possa proporcionar-lhe segurança e estabilidade. A política de colonização do Império, através do sistema de colonização, como também o abandono por parte das autoridades brasileiras contribuíram decididamente para o relativo isolamento dos imigrantes e para a formação e organização de uma sociedade própria, primordialmente escolar e religiosa.

Para TRAMONTINI (1999: 1163),

os colonos organizaram-se, num processo conflituoso, interno e externo, para conquistar espaços na nova sociedade e não se 'isolar'.

Assim, formaram-se no Rio Grande do Sul, pelo menos numa primeira fase, colônias alemãs homogêneas, o que talvez pode ter contribuído para que o imigrante alemão fosse considerado o mais irredutível ao caldeamento e à assimilação.

Como já exposto/colocado acima, os imigrantes alemães vieram de várias regiões da Alemanha, portanto eram grupos étnicos distintos com diferenças significativas, mas que perante a nova realidade, i.e., assentados em solo brasileiro e confrontados com uma cultura estranha, comparada com a de seus vizinhos de origem germânica, desenvolveram entre eles um sentimento comum de pertencimento étnico. Isso pode ser observado entre a grande maioria, exceto, segundo KOLLING (2000), no grupo dos pomeranos, que não se sente pertencente ao grupo alemão. FISHMAN (1977 POUTIGNAT/STREIFF-FENART 1998: 145) salienta que

imigrantes que se identificavam primeiramente com sua aldeia ou sua comunidade local descobriram, depois de sua chegada na América, que eram poloneses ou eslovacos.

Segundo SEYFERTH (1994: 95), as identidades étnicas dos diversos grupos de imigrantes, localizados dentro e fora das colônias, foram então se formalizando,

criaram instituições comunitárias recreativas, culturais, assistenciais, de ajuda mútua, escolares e outras voltadas para os membros das respectivas 'colônias' e operando com critérios étnicos bem definidos. A elaboração das etnicidades obedece a códigos culturais relacionados à origem nacional – sistemas simbólicos assinalando pertencimentos primordiais e incluindo a experiência comum da imigração.

Apesar disso, não podemos afirmar que se trata de uma etnia alemã no Brasil, pois no decorrer do tempo foi-se construindo e formando uma nova identidade étnica, uma vez que se sabe que grupos étnicos diferentes em contato se transformam, perdendo alguns e incorporando outros elementos culturais.

Para SEYFERTH (1994: 96)

os alemães ou teuto-alemães, [...] construíram sua identidade étnica no Brasil vinculando-a a uma origem comum nacional/racial, mas foram bem mais longe nas reivindicações de pluralismo e possuíam uma imprensa e uma literatura alemã, produzidas no contexto da comunidade étnica, que serviam como veículos para divulgação do Deutschtum (germanismo ou germanidade). A categoria de identificação hifenizada é uma elaboração

de empreendedores étnicos familiarizados com as ideologias demarcadas do nacionalismo alemão desde o romantismo, que também atuavam nos jornais, revistas, escolas, associações culturais, etc.

KOLLING (2000: 156) verificou que no período da República de Weimar (1919), ou seja, após a Primeira Guerra Mundial, os imigrantes alemães enviavam doativos e dinheiro aos parentes necessitados que haviam permanecido na Alemanha. Aqui, segundo o (mesmo) autor, não era o sentimento cristão o argumento para a ajuda, mas sim o sentimento de pertença ao mesmo grupo étnico, conforme o texto seguinte:

devemos ajudar nossos irmãos alemães que estão em estado de sofrimento.

Conforme SEYFERTH (1994: 93f), a emancipação político-administrativa de algumas colônias

[...] permitiu que seus habitantes, até então submetidos às administrações coloniais e classificados como 'colonos estrangeiros', passassem à condição de eleitores potenciais, desde que nascidos no Brasil ou naturalizados. A passagem de colônia a município, em muitos casos foi marcada por conflitos [...]. O que estava em jogo era simplesmente a ocupação do espaço político aberto com a criação dos municípios: de um lado, brasileiros, muitas vezes ocupantes de cargos públicos nas ex-colônias, pertencentes a famílias de prestígio e poder externo às áreas de colonização; e de outro lado, as lideranças locais com poder econômico e/ou prestígio intelectual, mas insuficientemente brasileiros na visão assimilacionista, disputando os cargos eletivos (de prefeito, vereador e deputado provincial). As elites políticas do Sul preferiam que todos continuassem colonos, porque para isso tinham sido admitidos no país como imigrantes, e quaisquer manifestações de caráter reivindicatório, mesmo aquelas relacionadas diretamente às condições de assentamento nas colônias, eram desqualificadas sob o argumento de que os reivindicadores eram estrangeiros e sem direitos.

Além disso, segundo KOLLING (2000), imigrantes alemães protestantes e seus descendentes só puderam manifestar-se publicamente, i.e., participar da vida política do Brasil a partir da Proclamação da República.

GARAÍ (1981 POUTIGNAT/STREIFF-FENART 1998: 149-150) chamou esse fenômeno de "o paradoxo da identidade", i.e.,

quando a sociedade de acolhimento continua a tratar como estrangeiros indivíduos que se consideram como assimilados e que seu grupo de origem não reconhece mais como fazendo parte dos seus.

Nesse contexto, precisamos relativizar o conceito acima, pois conforme LESSER (2001: 22) a assimilação foi um fenômeno raro entre os imigrantes,

enquanto que a aculturação foi comum, mesmo entre aqueles que, de forma ostensiva, rejeitavam a sociedade majoritária, permanecendo em comunidades fechadas.

No contexto lingüístico, para SEYFERTH (1994, *apud* TORNQUIST 1997), a língua não é mais um marcador incondicional de etnicidade, já que hoje nem todos os descendentes de alemães falam a língua alemã. A autora considera como marcadores de pertença étnica hoje o estilo de vida próprio dos descendentes de alemães, que pode ser expressado, por exemplo, através da moradia, jardim na frente da casa e cortinas na janela. O fato de que hoje a maioria dos descendentes alemães não fala mais a língua alemã pode estar ligado à

homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram [...] para impor o ‘abrasileiramento’, usando inclusive, efeitos militares. A assimilação forçada começou, formalmente em 1937, com a proibição do ensino de língua estrangeira e prosseguiu em 1939, com o fechamento de todas as instituições comunitárias que pudessem remeter a sentimentos de pertencimento primordial às nações de origem. Logo depois houve a proibição do uso de línguas maternas em público e o cerceamento geral das liberdades individuais de todos os que não fossem considerados suficientemente brasileiros. (SEYFERTH 1994: 94).

Por outro lado, KOLLING (2000) verificou que a própria campanha de nacionalização na Era Vargas criou no imigrante alemão uma extrema expectativa e busca por uma identidade germânica. Nesse contexto, o autor salienta que durante esse período, por exemplo, foram registrados muitos prenomes, assim como também apareceram muitas lápides nos cemitérios em língua alemã, que além de contarem manifestações de carinho e consolo em relação à família enlutada, possuíam também um valor poético como forma de manifestação cultural germânica.

Segundo TORNQUIST (1997), a língua como cerne da identidade étnica alemã continua desempenhando um papel importante para sua conservação, embora a partir das expressões “*drüber*” (no outro lado) e “*Deutschländer*” (palavra criada pelo descendente alemão) referindo-se à Alemanha e ao indivíduo que nasce e mora nesse país respectivamente, a autora interprete um distanciamento entre o Brasil e a Alemanha, assim como entre o descendente de alemão e o cidadão e habitante desse país.

De acordo com TORNQUIST (1997), os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) se sentem de um lado pertencendo ao povo alemão (origem), conservando a língua e a cultura alemã; de outro lado, pertencentes ao país e Estado brasileiros, i.e., como habitantes e cidadãos do Brasil.

O contexto acima expressa a premissa básica da ideologia étnico-nacional alemã, formulada no início do séc. XIX, segundo a qual os alemães seriam

sempre alemães, não importando o país em que vivessem, assim como a ideologia do solo e do sangue, em vigor no início do séc. XX na Alemanha, que propunha a vinculação do descendente de alemães a duas concepções de pátria (AREND 2005). Assim, os teuto-brasileiros pertenceriam ao estado brasileiro, mas manteriam seu vínculo ao povo alemão. Para AREND (2005: 122-123),

Meyer explica essa questão como uma relação entre nacionalidade alemã e cidadania brasileira, que, segundo a ótica dos germanistas, deveria ser a 'relação desejável, produtiva e harmônica de dois entes distintos e complementares': a terra natal e a pátria para gerar 'o sujeito e a cultura teuto-brasileira'.

Conforme KLUG (2003)

o teuto-brasileiro, portanto, é aquele que nasceu no Brasil, mas é de 'origem', isto é; tem sangue alemão, fala alemão e cultiva uma forma de ser, considerada alemã e que se expressa de várias formas, como língua, características fenóticas, hábitos alimentares, organização da moradia, espaços de sociabilidade, todos, invocando este pertencimento a uma identidade hifenizada. [...] Segundo a auto-compreensão de seus membros, tratava-se de um jeito de ser alemão diferente ou de um 'modo de vida alemão' desenvolvido no Brasil, portanto, recriação de uma identidade.

Nesse sentido, interessou-nos investigar o processo de construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro. Para obter dados que dizem respeito a como o teuto-brasileiro se sente em relação à sua origem étnica, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, apoiado em NASCIMENTO-SHULZE (1996).

Doze indivíduos de origem alemã (pomerana), moradores do município de São Lourenço do Sul, do sexo masculino e feminino de diferentes faixas etárias, variando dos 23 aos 87 anos, responderam ao questionário. Trata-se aqui de uma pesquisa exploratória com o objetivo de investigar de forma bruta a identidade étnica do teuto-brasileiro. É importante salientar que os dados em questão apresentam limitações tanto metodológicas quanto de análise, pois para que se pudesse fazer afirmações mais consistentes sobre o processo de construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro e ter maior precisão ou confirmação às afirmações obtidas, deveriam ter sido consideradas determinadas variáveis num dado universo e uma comparação de universos, realizados questionários abertos e entrevistas, assim como também deveria ter-se apoiado em um número maior de informantes. Por isso, os resultados aqui apresentados devem ser analisados e interpretados dentro dessas limitações.

Os dados analisados nos revelam que nenhum dos informantes (12) se sente desvalorizado ou prejudicado por pertencer ao grupo étnico alemão, esconde

sua ascendência alemã e não se sente desconfortável ao ter sua identidade étnica revelada. A grande maioria dos informantes (11) sente fortes laços em relação aos brasileiros de origem alemã e se orgulha de pertencer ao grupo étnico alemão. Dado o exposto acima, pode-se observar que não há um enfraquecimento dos laços afetivos dos teuto-brasileiros em relação ao povo alemão, mas sim um sentimento forte de pertença, unidade e solidariedade ao povo alemão por parte dos teuto-brasileiros e uma auto-estima daí proveniente, mesmo entre os mais jovens. Do total de informantes (12), 8 não se sentem negligenciados pelo grupo étnico alemão, não são críticos em relação aos costumes dos alemães, consideram a cultura alemã mais rica e valiosa e caracterizam, no cotidiano, os brasileiros de origem alemã diferentemente dos outros brasileiros, embora não participem de atividades organizadas pela comunidade alemã e não contribuam para as discussões que visam a preservação da cultura alemã. Os dados acima evidenciam que um número significativo de teuto-brasileiros demonstra, por um lado, um sentimento de pertencimento ao povo alemão, mantém os costumes alemães, permanece fiel à cultura alemã e parece assumir uma atitude superior em relação ao “outro”; porém, por outro lado, o fato de não participarem de eventos e discussões no que diz respeito à cultura alemã, poderia ser um indício de que os teuto-brasileiros não estariam mais resistindo a mudanças e se desintegrando.

Assim, pelo resultado apresentado acima, não podemos verificar nessa pesquisa a presença de elementos de diferenciação étnica, que um grupo étnico emprega para diferenciar-se frente ao outro, isto é, marcadores que atrelam os teuto-brasileiros ao povo alemão, a saber: usos e costumes, música e dança, festa e cotidiano, roupas típicas, utensílios, construção de casas, forma de conduzir o trabalho, assim como marcadores que podem ser encontrados nos menores detalhes, em expressões do dia-a-dia, em palavras e gestos, na maneira de pensar, ser e organizar a vida, enfim em coisas que conferem à vida um estilo étnico peculiar. Mas essa é uma observação que demanda uma pesquisa representativa e que, se verificada, pode levar a resultados conclusivos sobre o processo de construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro, uma vez que esse esteja convencido do seu pertencimento ou não mais ao povo alemão.

V

Relacionando o parágrafo acima com o primeiro capítulo desse trabalho, podemos observar através das palavras-chave: **língua – povo – país – cultura – Estado**, que uma identificação nacional única ou estática parece não ser uma característica do povo alemão, ou teuto-brasileiro; ou ainda se quisermos continuar com uma etnicidade hifenizada, teríamos teuto-pomerano-brasileiro, ou quem sabe teuto-pomerano-brasileiro-gaúcho.

Se considerarmos que

a etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de ‘lugar’ – que são partilhados por um povo” (HALL 1992: 62)

– apesar de Hall afirmar que no mundo moderno essa crença é apenas um mito – podemos deduzir que essa identidade “múltipla” ou esse sentimento “rasgado” do povo alemão o leva e traz de um “lugar” a “outro”. Essa nova identidade étnica ou identidade “múltipla”, que nasceu no imigrante alemão e em seus descendentes, pode ser observada, certamente em maior ou menor grau, até os dias de hoje no Rio Grande do Sul (Brasil).

As considerações e reflexões aqui apresentadas nos mostraram que conceitos gerais não definem etnicidade e que alguns traços culturais marcadores de pertença étnica são mutáveis no tempo e no espaço quando em contato com outros grupos étnicos, enquanto que outros são mais resistentes à mudança. Assim, acreditamos que através de uma seleção de traços culturais, fundados empírica e teoricamente, poderemos estabelecer, com maior precisão, critérios de identificação étnica.

Bibliografia

AREND, Isabel Cristina. “Representações de germanidade, escola e professor.” In: Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal geral para o professor no Rio Grande do Sul]. Tese – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2005.

BERSCHIN, Helmut. *Deutschland – ein Name im Wandel: Die deutsche Frage im Spiegel der Sprache*. Band 1. München, Günter Olzog 1979.

FUNES, Eurípedes A. “Mocambos dos Trombetas: memória e etnicidade (século XIXe XX)”. In: PRIORE, Mary Del / GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro, Elsevier 2003, 227-257.

- GILLIS, John. "Introduction: memory and identity: the history of a relationship." In: GILLIS, John (Hg.). *Comemmorations: the politics of national identity*. Princeton, Princeton University Press 1994, 3-24.
- HOBBSBAWM, Eric J. "Etnia e nacionalismo na Europa." In: *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto 2000, 271-282.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A 1999.
- KLUG, João. *A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil*. Trabalho apresentado na ADLAF – Jahrestagung/2003. Institut an dem Seminar für Wissenschaftliche Politik der Albert-Ludwigs Universität, Freiburg 13.-15. November 2003.
- KOLLING, Nilo Bidone. *Educação e escolas em contextos de imigração pomerana no sul do Rio Grande do Sul – Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas 2000.
- LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Editora UNESP 2001.
- NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia. "Representações da germanidade, identidade étnica e vitalidade etnolingüística." In: *Coletâneas da ANPEPP, Florianópolis*, v. 1 (1996), 109-122.
- NODARI, Eunice S. "O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas." In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História* 9 (2001), 29-50.
- POLLAK, Michel. "Memória e identidade social." In: *Estudos históricos* 5 (1992), 200-215.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Editora UNESP 1998.
- SEYFERTH, Giralda. "Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil." In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. Brasília, Editora da UnB 1994, 81-109.
- TORNQUIST, Ingrid Margareta. „'Das hon ich von meiner Mama': Zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul.“ Uppsala, Swedish Science Press 1997.
- TAMONTINI, Marcos Justo. „Etnicidade e política.“ In: *Simpósio da Associação Nacional de História* 20 (1999). São Paulo, Humanitas 1999, 1159-1168.
- VOLKAN, Vamik. „Politik und Psyche.“ In: *Deutschland* 5 (2004).